

Data: 12.07.2014

Titulo: As sete barragens que o país não precisa

Pub: **Expresso** **ECONOMIA**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;16;17


clipping
consultores



As sete barragens que o país não precisa

Foram adjudicadas há sete anos, mas só uma está em construção. A de Foz Tua, em Alijó, promovida pela EDP

As futuras barragens vão servir quase só para armazenar a energia produzida pelas eólicas, puxando a água dos rios para trás. É o resultado de uma opção política de Sócrates, que o Governo quer prosseguir. E16

Área: 2279cm² / 58%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4893889



ENERGIA ELÉTRICA

Polémica O consumo de eletricidade caiu e o país tem excesso de capacidade eletroprodutora, mas o Governo lembra que ainda há barragens por construir

As sete barragens que o país não precisa

VÍTOR ANDRADE

Sete anos depois de as multinacionais elétricas Iberdrola e Endesa e da EDP terem pago ao Estado português €640 milhões pelas concessões de sete novas barragens, apenas uma está em construção: a de Foz Tua, no concelho de Alijó, com a particularidade de continuar envolta em polémica quanto ao impacto ambiental.

Há duas razões para este atraso na construção: quebras sucessivas na procura de eletricidade e também falta de fontes de financiamento para pôr as obras de pé. Mas ainda há dois motivos

adicionais, apontados pela associação ambientalista Geota: “Temos excesso de potência instalada e o subsídio de €500 milhões que tinha sido estabelecido em 2010 para as novas centrais hídricas foi cortado para €300 pelo atual Governo”, explica Joanaz de Melo, dirigente daquela organização e também professor universitário.

Joanaz de Melo vai mais longe e até defende que o Governo ainda pode e deve parar todos estes projetos, que estão a acabar com os rios selvagens em Portugal, que também têm valor económico para além do ambiental. Considera agora que fazer barragens de que o país não precisa “é como construir uma terceira auto-estrada Lisboa-Porto ao lado das outras duas que já existem. E,

como é óbvio, a fatura vai sempre recair sobre os do costume: os consumidores. Tudo isto é uma fraude e um embuste e os nossos governantes têm medo da EDP”, diz.

O ministro do Ambiente e da Energia, Jorge Moreira da Silva, afirmou recentemente ao Expresso, em resposta à pergunta sobre se Portugal precisa mesmo de mais barragens, que “não estamos em condições de alterar o Plano Nacional de Barragens (lançado por José Sócrates em 2007), pois apesar de o Governo ter mudado, o Estado é o mesmo. As empresas ganharam concursos e pagaram valores significativos pelas licenças de construção”.



A medida que cresce a polémica cresce também o paredão da barragem de Foz Tua, em Aljô
FOTO EDP

Há subsídio ou não?

Sobre a questão da ‘subsidição’ às novas barragens, Artur Trindade, secretário de Estado da Energia, diz que o dirigente da Geota “baralha tudo”, mas que não deixa de ter alguma razão. O que se passou, explica, foi que dos €20 mil por megawatt (MW) instalado/ano a pagar às novas centrais hidroelétricas — valor instituído em 2010, no segundo governo de Sócrates —, passámos para qualquer coisa entre os €11 mil e os €13 mil por MW/ano, em 2012. E isto insere-se no pacote de cortes ao sector da energia negociados com a *troika*.

Quanto à necessidade das novas barragens, Artur Trindade sustenta que elas farão falta na medida em que vão produzir mais energia renovável, vão ajudar a baixar os níveis de emissão de dióxido de carbono e, não menos importante, vão contribuir para baixar as importações de combustíveis fósseis, nomeadamente carvão e gás natural, para as centrais térmicas que integram

o sistema eletroprodutor.

Certo é que, perante tanta capacidade instalada ao nível das eólicas (perto de 4700 MW), a construção de novas barragens com possibilidade de bombagem (inverter o sentido das turbinas para repor a água dos rio nas albufeiras) “deve ser encarada como a construção de megabaterias para armazenamento de energia”, acrescenta o secretário de Estado.

Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal, empresa de capitais espanhóis e italianos, que tem já em marcha o processo de expropriações para a construção da barragem de Girabolhos, em Seia, assume mesmo que a sua futura central hídrica vai ser uma consumidora líquida de eletricidade. Isto porque vai gastar mais (eletricidade de origem eólica fora das horas de pico de procura) a puxar a água do Mondego para trás, do que a turbinar para produzir eletricidade para a rede sempre que isso se manifestar necessário. Na prática esta e outras novas centrais hidroelétricas equipadas com sistema de bombagem irão comprar eletricidade

(muitas vezes) a custo zero, nomeadamente quando há muito vento, repõem água nas albufeiras e depois produzem nas horas de pico de procura, em que se chega a vender no mercado grossista a €120 por MW/hora.

Menos carvão, mais barragens

Ainda sobre a necessidade de construção de novas barragens, António Sá da Costa, presidente da Associação das Energias Renováveis (APREN), lembra que, como em 2017 e em 2021 está previsto o descomissionamento (saída do sistema) das centrais a carvão de Sines e do Pêgo, respetivamente, “estamos a falar de 1800 MW a menos no sistema, que terão de ser compensados de alguma forma e daí a importância de novas centrais hidroelétricas”.

O professor do Instituto Superior Técnico e especialista em energia, Clemente Pedro Nunes, questiona o investimento nestas barragens, considerando que são o resultado de um excesso na estra-



tégia das eólicas. “Quando os parques eólicos produzem eletricidade à noite e essa energia não é consumida, embora seja paga por todos os portugueses, a utilização dessa eletricidade para bombagem de água para as albufeiras das novas barragens acaba por ser um mal menor, porque, assim, as barragens estão a armazenar eletricidade indiretamente sob a forma de água”.

No entanto, há outros problemas a considerar: “Todos os investimentos em barragens têm de ser amortizados e é preciso que não haja dúvidas sobre a forma como essa amortização é feita, esclarecendo se não agrava os custos do sistema elétrico”, adverte.

Além disso, nos projetos das sete novas barragens Clemente Pedro Nunes diz que “os pontos de interligação não estavam previstos nos custos das novas barragens”. Por isso, a respetiva ligação entre essas barragens, os parques eólicos e a rede elétrica nacional “é outro aspeto técnico e financeiro muito importante que ainda hoje não está totalmente resolvido”, refere. “Serão os donos das barragens que vão pagar todas as ligações em linhas de muito alta tensão que sejam necessárias a estas novas barragens?”, questiona.

Também o especialista em energia Pedro Sampaio Nunes — defensor da energia nuclear — questiona o modelo de amortização dos investimentos nas novas sete barragens. “Quem garante aos portugueses que estas barragens não serão um custo acrescido para o sistema elétrico nacional?”, pergunta. Finalmente, o professor do Instituto Superior Técnico e especialista em energia, José Luís Pinto de Sá, afirma que “nenhuma das sete novas barragens alguma vez chegará a produzir energia, porque o saldo entre eletricidade consumida a bombear água e eletricidade produzida será zero”.

com **J.F. PALMA FERREIRA**
vandrade@expresso.impresa.pt

AS NOVAS BARRAGENS VÃO SER SOBRETUDO

UMA ESPÉCIE DE BATERIAS GIGANTES PARA GUARDAR A ELETRICIDADE PRODUZIDA PELAS EÓLICAS

BARRAGENS, PARA QUE VOS QUERO

Prós

■ **Emprego** Criam milhares de empregos durante a construção, ajudando a fixar populações em zonas remotas do interior

■ **Renovável** Geram energia a partir de uma fonte limpa, renovável e sem emissões para a atmosfera

■ **Rápidas** Em 90 segundos podem injetar na rede elétrica toda a sua capacidade de produção. As centrais térmicas podem levar horas

Contras

■ **Impacto** A dimensão dos estaleiros destoa na paisagem e, depois de cheias, as albufeiras alteram para sempre a biodiversidade

■ **Qualidade da água** Provocam um aumento da temperatura da água dos rios e, por consequência, a diminuição do oxigénio dissolvido

POTÊNCIA ELÉTRICA INSTALADA

10.912 MW

É o total da potência instalada da produção elétrica renovável, liderada pelas centrais hídricas, com 5652 MW, que em 2013 produziram um total de 13.483 gigawatts hora (GWh), correspondentes apenas a 27% dos 49.512 GWh que poderiam ter produzido no ano passado

6878 MW

É a potência instalada em Portugal na produção elétrica não renovável

4758 MW

Entre a produção não renovável, esta é a potência instalada nas centrais elétricas de ciclo combinado a gás natural

4368 MW

É a potência instalada nos parques eólicos em produção, que constitui a maior fatia das fontes renováveis

1756 MW

É a potência instalada em centrais a carvão, uma das fontes de energia não renovável que produziu mais eletricidade em 2013, atingindo uma utilização de 71% da sua capacidade máxima anual

Fonte: REN - ERSE

FRASES DOUTROS

“Os donos das barragens vão pagar as ligações em linhas de muito alta tensão necessárias às novas barragens?”

CLEMENTE PEDRO NUNES
Professor do Instituto Superior Técnico

“Estas barragens não vão produzir energia porque o saldo entre a eletricidade consumida a bombear água e a eletricidade gerada será zero”

JOSÉ LUÍS PINTO DE SÁ
Professor do Instituto Superior Técnico

“A amortização destas barragens será um custo acrescido para o sistema elétrico nacional?”

PEDRO SAMPAIO NUNES
Especialista em energia

Área: 2279cm² / 58%

Tiragem: 123.400 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4893889



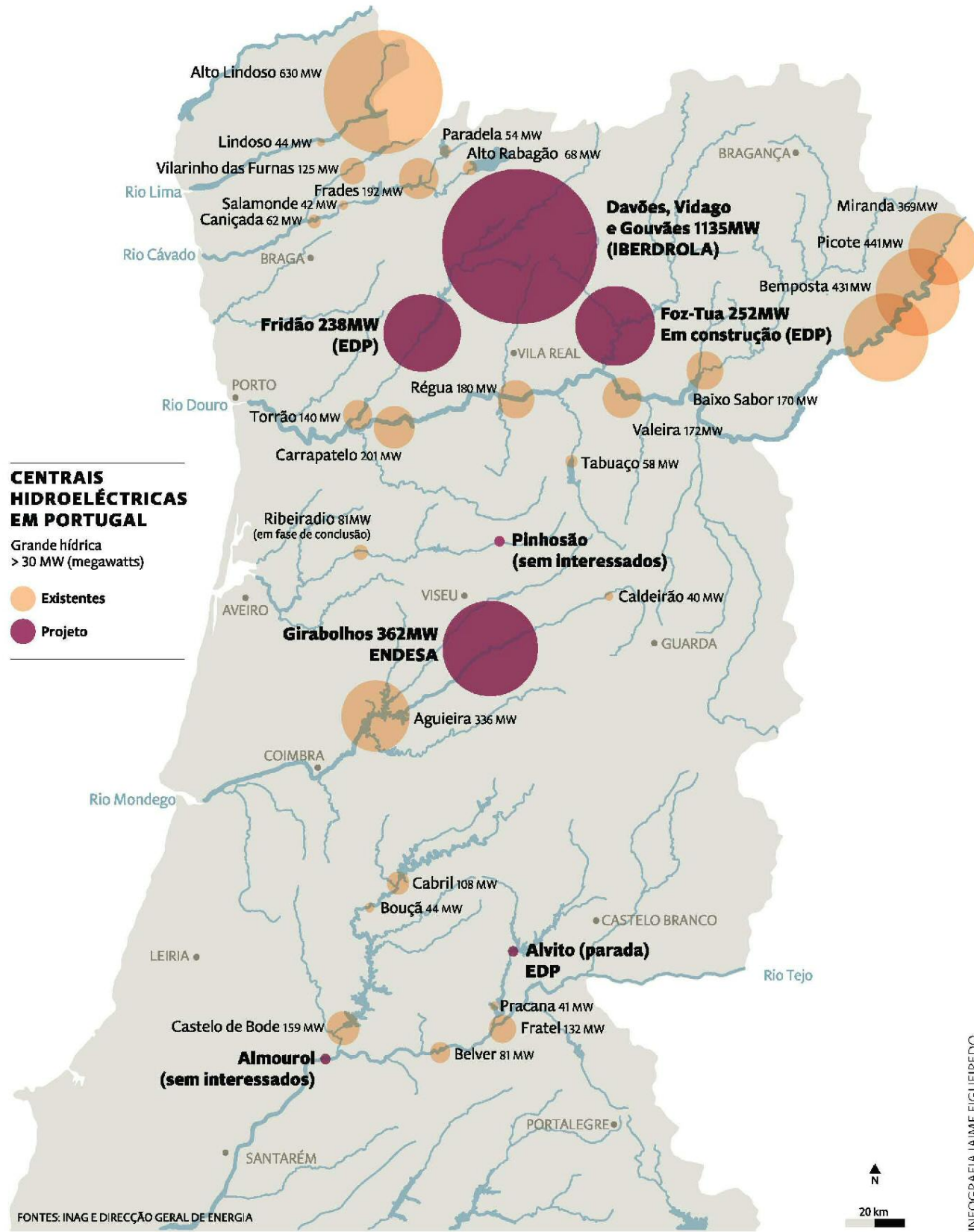
Área: 2279cm² / 58%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4893889



INFOGRAFIA JAIME FIGUEIREDO



Centrais elétricas devem reduzir potência

A capacidade de algumas centrais elétricas pode ser reduzida dentro de três ou quatro anos, defende um especialista do sistema elétrico nacional

Depois de 2017, quando começarem a funcionar as barragens cuja construção arrancará até ao início de 2015, “poderá ser equacionada a forma mais adequada de otimizar a potência instalada no sistema eletroprodutor português, reduzindo capacidade instalada”, admite uma fonte do sector.

Ou seja, daqui a três anos, Portugal terá de avaliar o que deve ser feito para “amenizar” o excesso de potência elétrica instalada no país, porque “há centrais que vão continuar a ser subutilizadas”, diz a mesma fonte.

Qual será, então, a solução mais fácil para este problema? “A mais plausível pode passar por desmantelar grupos geradores de centrais que não tenham uma utilização razoável ou que permaneçam muito tempo inativas”, esclarece a fonte.

As turbinas a gás natural de centrais elétricas podem ser desmontadas e vendidas fora de Portugal, defende especialista em energia

“Enquanto é impossível remover uma barragem ou alienar aerogeradores, porque a evolução tecnológica torna-os obsoletos muito depressa, perdendo muito valor de mercado, o mesmo não se pode dizer das turbinas que foram instaladas nos grupos das centrais de ciclo combinado a gás natural”, explicou o especialista em energia.

“Qualquer dessas turbinas é facilmente desmontável, têm grande valor de mercado e uma procura elevada em vários países, designadamente no continente africano”, adianta, referindo que “há projetos para centrais em África que aguardam o fornecimento de turbinas da General Electric”, comenta.

Ora a venda de algumas turbinas desse tipo será sempre uma “estratégia a ponderar”, desde que seja assegurado um conjunto equilibrado de fontes de produção elétrica em Portugal. “Temos de ter sempre centrais térmicas para garantir o equilíbrio de produção em anos de seca”, refere.

Segundo dados da REN-Redes Energéticas Nacionais, em 2013 as centrais a carvão foram utilizadas em 71% da sua capacidade máxima, tendo sido a fonte de energia não renovável que produziu mais eletricidade. Em sentido inverso, as centrais a gás natural só foram utilizadas em 17% da sua capacidade máxima. No ano passado a produção renovável predominou em Portugal, com a geração hídrica a liderar a produção de energia elétrica, com 13,4 mil gigawatts/hora e, mesmo assim, as hídricas só utilizaram 27% da capacidade máxima. Seguiu-se a energia eólica, com uma produção de 11,7 mil gigawatts/hora, correspondente a 31% da capacidade máxima existente no país.

J.F. PALMA-FERREIRA

jpferreira@expresso.imprensa.pt